

# A UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO TRATAMENTO COADJUVANTE DE DOENÇAS PREVALENTES DA INFÂNCIA

Ilza Iris dos Santos <sup>1</sup>, Aline Iriente da Silva<sup>2</sup>; Kalyane Kelly Duarte de Oliveira<sup>3</sup>

(1) Autora: Universidade Potiguar-UNP. E-mail: [ilzairis@hotmail.com](mailto:ilzairis@hotmail.com); (2) Co-autores-Universidade Potiguar-UNP; (3) Orientadora. Dra. Enf- Universidade Potiguar-UnP. E-mail: [kkoliveira20102010@hotmail.com](mailto:kkoliveira20102010@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Hoje é imprescindível compreender a diferenciação entre as práticas alternativa, integrativa e complementar. Desse modo Tesser e Barros (2008) refuta que essas diferenciações são distinguidas da seguinte maneira. Quando essas práticas são usadas aliadas com as práticas da biomedicina, são chamadas complementares; quando são usadas substituindo uma prática biomédica, são consideradas alternativas; e quando são usadas conjuntamente em avaliações científicas de segurança e eficácia de boa qualidade, de forma complementar são chamadas de integrativas.

O Sistema Único de Saúde-SUS, passa a ofertar 19 tipos de práticas integrativas e complementares à população embora, evidencia-se que apesar do uso crescente da medicina alternativa/complementar (MAC), do seu reconhecimento por organismos oficiais de saúde e da introdução de práticas complementares e integrativas em sistemas públicos, há poucos estudos e investimentos necessários que possam tematizar e melhorar a percepção dos pacientes sobre o uso dessas formas terapêuticas e principalmente do seu uso nas doenças prevalentes da infância (AURELIANO, 2013).

Segundo Brasil (2012b), aproximadamente 500.000 crianças morrem a cada ano na região das Américas antes de completarem 5 anos de idade. Uma em cada cinco dessas mortes é decorrente de doenças infecciosas e transtorno nutricional. A maioria dessas mortes poderia ser evitada, as medidas de prevenção ou tratamento fossem aplicadas precocemente. Anualmente nascem 130 milhões de crianças no planeta, cerca de quatro milhões morrem nas primeiras quatro semanas de vida (período neonatal). Um número similar de crianças nascem mortas, isto é, vão a óbito no útero durante os últimos três meses de gestação. A maioria dos óbitos perinatais (99%) ocorre nos países

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. (BRASIL, 2012b, p.13).

Desse modo a adoção de práticas coadjuvantes no tratamento de doenças na infância se faz pertinente para garantir a integralidade no processo de cuidado na atenção básica, pois foi baseado nessa perspectiva que o ministério da saúde implementou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) contribuindo para o fortalecimento dos princípios que fundamentam o SUS.

No Brasil principalmente as doenças da infância tem um perfil diferenciado, entre as doenças prevalentes na infância, destacam-se as infecções respiratórias agudas, doenças diarreicas e desnutrição. Essas são as principais causas associadas ao óbito infantil que poderiam ser evitadas utilizando-se medidas preventivas, diagnóstico precoce e tratamento adequado (HIGUCHI, 2011).

A escolha da temática é justificada pelas dificuldades na implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementar- PNPIC nos serviços de saúde na atenção básica, onde enfatiza o Ministério, que deve ser efetivada. Assim surgiu a curiosidade de aprofundamento das Práticas Integrativas e Complementares e o interesse de galgar os passos de uma assistência humanizada como forma de abrir novos horizontes no que tange a assistência holística. O estudo tornou-se pertinente para avaliar como a PNPIC é evidenciada no cotidiano das pessoas, se repercuti direta ou indiretamente em seu processo saúde/doença e de que forma sensibilizou os usuários em sua autonomia frente ao modelo curativista arraigado na sociedade.

Todavia, no contexto do cuidado profissional no SUS, há certa identificação do termo “medicalização” com o seu excesso, sustentada pela frequente medicalização abusiva de vivências e aspectos da vida, associada a uma comum redução e restrição dos significados e dos cuidados (autônomos e heterônomos) às categorias nosológicas biomédicas e aos seus tratamentos consagrados. (SILVA et al. 2013). Com isso, a pesquisa tem como objetivo Identificar o uso das terapias integrativas, alternativas e complementares no tratamento de doenças prevalentes da infância.

## METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa, onde teve como Público

Alvo mães das crianças de 0 a 1 ano atendidas na Unidade selecionada. Totalizando uma amostra de 45 mães, de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão da pesquisa. A coleta dos dados ocorreu mediante a aplicação de questionários direcionados as mães das crianças atendidas na Consulta de C e D, o mesmo visava identificar e avaliar o uso, a aceitação, o conhecimento e a percepção destas práticas utilizadas pelas mães nos tratamento em seus filhos, as principais terapias utilizadas e etc., sendo que este, constitui um meio mais rápido e de menor custo na obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir anonimato (GIL, 2009). Os dados coletados foram analisados, contabilizados e tabulados no Excel na versão 2010.

A coleta de dados aconteceu somente após a aprovação do comitê de ética da universidade potiguar, com parecer nº 783.129 e CAAE: 35050014.0.0000.5296. Conforme orientação da Resolução supracitada anteriormente que preconiza ainda que seja empregado também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo da pesquisa, percebemos que a maioria das entrevistadas eram mães, representando (40) 89%. Seguida de apenas (5) 11% que referiram ser cuidadora. Em relação a idade (29) 64% das pessoas entrevistadas disseram ter entre 20-39anos de idade, seguida de (10) pessoas 22% com idade < 19anos. Seguida de (5) 11% com idade > 40anos. Já em relação a renda, (33) pessoas 73% referiram ganhar entre 1 e 2 salários, seguida de (11) 24% que afirmam ganhar entre 3 – 4 salários, e apenas (2) 4% das entrevistadas referiram ganhar entre > 4 salários.

Quanto a investigação sobre o números destes usuários que faziam uso da medicina integrativa e complementar como parte do tratamento das doenças prevalentes da Infância, a as entrevistas evidenciaram que das 45 pessoas que responderam o questionário, (35), que corresponde a 77,28 afirma que fazem uso das terapias complementar como forma de tratamento alternativo nas doenças da infância, enquanto que apenas (10) pessoas 22,22% referiram não fazer uso da medicina integrativa pois não acreditam na eficácia da mesma, preferindo usar outro método.

As entrevistas fortaleceram ainda mais a necessidade de divulgação quanto a existência dessas terapias, tendo em vista que a principal fonte desta informação foram oriundas dos seus seios

familiares, como afirma Badka et al (2011), que durante muito tempo, o uso de plantas medicinais foi o principal recurso terapêutico utilizado para tratar a saúde das pessoas e de suas famílias; entretanto, com os avanços ocorridos no meio técnico-científico, sobretudo no âmbito das ciências da saúde, novas maneiras de tratar e curar as doenças foram surgindo.

Dentre as entrevistados (30) 66,67% referiram que ficaram conhecendo os métodos integrativos, alternativos e complementares através de familiares, que de geração a geração repassam essa cultura familiar, Seguido de (6) 13,33% pessoas que não marcaram o local no questionário devido não fazer uso desses métodos, (5) 11,11% entrevistadas referiram que ficaram conhecendo as terapias integrativas através de outros, como livros, revistas, dentre outros. E (3) 6,67% das entrevistadas que afirmam ter conhecido na Unidade básica de saúde, e somente (1) 2,22% refere ter conhecido através da mídia, em um programa de tv.

No que se refere a escolha do tipo de tratamento de acordo com as crenças, (15) 33,33% pessoas responderam que usam 1º o remédio, seguido de (10) 22,22% que afirmam usar primeiro as práticas integrativas e complementares, (9) 20% referiram procurar primeiro a Unidade básica de saúde antes de usar qualquer tipo de tratamento sejam farmacológico ou alternativo e complementar, (6) 13,33% que referiam não fazer uso das terapias pois não acreditam na eficácia da mesma, e somente (5) 11,11% dizem que costumam associar as práticas integrativas e complementares com um remédio, pois acreditam que a associação tem efeito rápido e desejado.

Verificamos que em relação ao tempo de uso citado nas entrevistas, predominou a variável de mais de 4 anos, onde (25) 55,56% responderam que toda família fez ou faz uso de algum tipo de prática alternativa, integrativa e complementar. Seguida de (9) 20% das pessoas entrevistadas que afirmam usar de 1-2anos, (7) 15,56% das entrevistadas que referiram não usar pois não acreditam que esses métodos possam trazer algum tipo de benefício, e apenas (4) 8,89% das entrevistadas referiram usar entre 3-4 anos.

Constatou-se que (16) 35,56% das entrevistadas afirmam que todos na família usam, seguida de (7) 15,56% que relatam não usar pois não acreditam nos efeitos. E de mais (7) 15,56 das entrevistadas que referem que na família somente os adultos usam pois tem medo de fazer mal as crianças, (6) 13,33% disseram que na casa só quem usa são as crianças e adultos. Já, (5) 11,11% referiram que só quem usa as práticas integrativas são as crianças, e (2) 4,44% pessoas relatam que

quem usa são as crianças e idosos da família, e apenas (1) 2,22% referiram que somente os idosos usavam, correspondendo a 2,22% e mais (1) 2,22% que afirma que os adultos e idosos são quem mais usam em sua família.

O novo avanço dos medicamentos fitoterápicos, longe de ser volta ao passado, caracteriza-se pela busca de produção em escala industrial, diferentemente das formas artesanais que caracterizaram os estágios iniciais de sua utilização (GENTÍL et al. 2013). A partir deste ponto de vista pode-se constatar que dentre as práticas citadas pelas entrevistadas houve uma predominância no uso das plantas medicinais e fitoterapia, sendo citada por (26) 57,78% das entrevistadas. Em seguida (9) 20% das pessoas afirmam usar mais de um tipo de terapia alternativa, integrativa e complementar, (8) 17,78% das pessoas disseram que não fazem uso, pois não acreditam na eficácia e (1) 2,22% relatou usar outras práticas como a Musicaterapia. E ainda (1) 2,22% pessoa citou que faz uso apenas da Medicina Tradicional Chinesa. Porém dentre as entrevistadas que afirmam usar mais de um tipo, e das que foram citadas, destacam-se o uso associado da Medicina Antroposófica com as plantas medicinais/fitoterapia ou da Acupuntura com plantas medicinais, ou ainda da Medicina Tradicional Chinesa e Crenoterapia com as Plantas medicinais/fitoterapia.

## CONCLUSÕES

Sendo a mortalidade infantil um dos indicadores de vida e saúde da população. Acreditamos que nossa pesquisa colaborou para a melhoria desses índices, pois mencionamos no estudo o conhecimento por parte das mães dessas crianças acompanhadas na consulta de c e c, visto que esses índices de morte no período pós natal podem ser revertidos com medidas de educação em saúde e atreladas também ao conhecimento das medidas não farmacológicas que podem ser usadas como coadjuvantes ou como opção de fuga do modelo medicalocêntrico. Por se tratar de um estudo transversal, os dados aqui representados sugerem que é preciso dar continuidade a pesquisa, como forma de incentivar os profissionais da atenção primária em saúde, a orientar as mães e cuidadoras sobre as formas de tratamento disponíveis na rede do sistema único de saúde, para melhor enfrentamento das doenças prevalentes da infância na atenção básica.

**Palavras-chave:** Terapias complementares, Criança, Atenção primária.

## REFERÊNCIAS

- AURELIANO W.A. **Terapias Espirituais e complementares tratamento do Câncer: a experiência de pacientes oncológicos em Florianópolis(SC).** *Cad. Saúde colet.* 2013, vol. 21, n. 1, pp. 18-24. ISSN 1414-462X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v21n1/a04.pdf> Acessado em: 22 de abril de 2014.
- BADKE M.R; BUDO M.L.D; SILVA, F.M; RESSEL, L.B. **Plantas medicinais: o saber sustentado na prática do cotidiano popular.** Esc. Anna Nery. 2011, vol.15, n.1, pp. 132-139. ISSN 1414-8145.
- SILVA, N.C; LUNES D.H; ESCK Z.M.R; SOARES M; JUNIOR D.I.S; VIEIRA N.F. **Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa.** Rev. Elet. de Enf.2013. vol. 15, n. 4, pp.:1061-1067. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v15/n4/pdf/v15n4a25.pdf> Acessado em: 01 de Dez. De 2014.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GENTIL, L.B; ROBLES, A.C.C; GROSSEMAN, S. **Uso de terapias complementares por mães em seus filhos: estudo em um hospital universitário.** Ciênc. saúde coletiva. 2010, vol.15, suppl.1, pp. 1293-1299. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v15s1/038.pdf> Acessado em: 02 de Dez. de 2014.
- HIGUCHI, C.H. **Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) na prática de enfermeiros egressos da USP.** Rev. Gaúcha. Enferm. 2011,vol.32, n.2, pp.41-247.ISSN1983-1447.
- MELO, S.C.C; SANTANAL, R.G; SANTOS, D.E; ALVIM, N.A.T. **Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros.** Rev. bras. enferm. 2013, vol.66, n.6, pp. 840-846. ISSN 0034-7167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n6/05.pdf> Acessado em: 07 de abr/2014.
- MINISTERIO DA SAÚDE. **Portaria 147/1917. Portaria amplia oferta de PICS.** Acessado: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/noticias.php?conteudo=&cod=2297> 13/01/2007.
- TESSER, C.D.; BARROS, N. F. **Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde.** Rev. de Saúde Pública/SP, v.42, n.5, p.914920, out.2008. Disponível: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v42n5/7115.pdf> Aces: 07/05/2014.